

Os jesuítas e a música no Brasil colonial



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente
EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA
GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO
LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

Marcos Holler

*Os jesuítas e a música
no Brasil colonial*

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

H722j Holler, Marcos Tadeu.
Os jesuítas e a música no Brasil colonial / Marcos Tadeu Holler.
– Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

1. Música. 2. Jesuítas. 3. Brasil – História – Período colonial,
1500-1822. I. Título.

CDD 780

255.53

ISBN 978-85-268-0898-0

981.03

Índices para catálogo sistemático:

1. Música	780
2. Jesuítas	255.53
3. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822	981.03

Copyright © by Marcos Tadeu Holler
Copyright © 2010 by Editora da Unicamp

1ª reimpressão, 2016

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

A meus pais.

[...] e ouviam-se naquele tempo os cantares de Sion em terra tão alheia e tão selvagem daquele paganismo.

Padre Domingos de Araújo, Crônica da Companhia de Jesus da missão do Maranhão, 1720

Agradecimentos

Aos professores Helena Jank e Paulo Castagna, sem os quais este trabalho não se teria concretizado.

Aos professores Edmundo Hora, Paulo Kühl e Rogério Budasz, pelas contribuições.

À professora Rosa Cafiero, que me tornou possível a consulta aos arquivos em Roma e Lisboa.

À minha família, por tudo.

A Umberto e Rui, pela paciência.

A duas grandes amigas, Cristina e Dida, pela ajuda inestimável.

Aos professores Alcir Pécora e Cristiane Nascimento, pelas ótimas ideias e pela companhia no Ciak.

Aos amigos, pelas contribuições diretas e indiretas, Miriam, Lúcia, Silvana, Sérgio Figueiredo, Fernando Binder, Letícia e Izabela.

O trabalho foi realizado com o auxílio financeiro da Capes.

Sumário

<i>Introdução</i>	11
1 <i>Fontes documentais e revisão bibliográfica</i>	17
2 <i>Os jesuítas no Brasil</i>	39
3 <i>As referências a instrumentos musicais nos documentos jesuíticos</i>	79
4 <i>A atuação musical dos jesuítas no Brasil colonial</i>	137
<i>Conclusão</i>	217
<i>Bibliografia</i>	223

Introdução

Fundada por Inácio de Loyola e criada oficialmente em 1540, a Companhia de Jesus tinha como principal objetivo disseminar a palavra de Cristo entre os pagãos, o que levou os jesuítas a outros continentes no século XVI. Nove anos após a criação oficial da Companhia de Jesus, o padre Manuel da Nóbrega aportou no Brasil, dando início à atuação dos jesuítas nas Américas; e, nos dois séculos que separaram a sua chegada e a expulsão, essa atuação foi intensa.

A catequese dos índios não foi a única forma de atuação da Companhia de Jesus no Brasil, apesar de ter sido o principal motivo de sua vinda. Os jesuítas voltaram-se também para a população dos centros urbanos que começavam a surgir, e os colégios aos poucos passaram a oferecer formação superior, além dos ensinamentos básicos de ler e escrever. Com os colégios e seminários (e suas bibliotecas, praticamente as únicas na época), os jesuítas estabeleceram no Brasil uma importante rede de ensino em um período no qual não existiam imprensa, circulação de livros ou universidades.

A atuação dos jesuítas era ainda de grande interesse para a Coroa portuguesa, pois ocupavam e defendiam áreas disputadas com a Espanha; e, no momento de sua expulsão, a Companhia de Jesus havia-se estabelecido em toda a costa do Brasil, desde Belém do Pará até Laguna, em Santa Catarina, e em aldeias no interior da Amazônia.

Os missionários jesuítas logo perceberam na música um meio eficaz de sedução e convencimento dos indígenas, e, embora os regulamentos da Companhia de Jesus fossem pouco afeitos à prática musical, referências à música em cerimônias religiosas e eventos profanos são encontradas em relatos desde pouco tempo depois da chegada dos jesuítas no Brasil até sua expulsão em 1759. A atuação musical dos jesuítas certamente influenciou a formação da cultura brasileira ou de identidades culturais regionais, porém é difícil determinar até que ponto isso ocorreu, devido à interrupção desse processo com a expulsão e à pouca atenção que o tema até agora recebeu de pesquisadores, apesar de sua importância.

Até o momento, a única fonte de informações sobre a atuação musical dos jesuítas no Brasil colonial são os documentos textuais. O objetivo principal deste trabalho é o levantamento de informações sobre a música na atuação dos jesuítas no Brasil colonial, desde a sua chegada, em 1549, até a expulsão em 1759, utilizando como fundamentação documentos dos séculos XVI a XVIII, sobretudo de autoria dos próprios jesuítas; com isso, pretende-se também contribuir para o conhecimento de diversos aspectos da música praticada no Brasil nesse período. Na tese de doutorado que deu origem a este livro, acham-se transcritos todos os textos em que se encontraram informações sobre música, mesmo os que não foram diretamente utilizados aqui.

Apesar da abundância, os documentos não nos oferecem uma visão completa e inequívoca, principalmente pelo fato

de os eventos musicais não terem sido considerados pelos jesuítas um elemento efetivamente merecedor de descrição; além disso, as referências à música nos relatos são geralmente breves e secundárias, o que nos permite apenas entrever esse cenário. A leitura dos documentos, entretanto, nos leva a conclusões relevantes para a compreensão do processo histórico da música no Brasil. Segundo Capistrano de Abreu, “uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso escrever a do Brasil” (apud Assunção, 2004, p. 18).

Nas citações feitas no corpo do trabalho, os textos em outras línguas (espanhol, italiano, alemão e, sobretudo, latim) foram traduzidos pelo autor, salvo indicação em contrário; as traduções do latim foram realizadas com a ajuda do professor Mauri Furlan. Os textos em português antigo foram vertidos para o atual.

Alguns termos empregados nos documentos são específicos da época e, para maior precisão, foram citados neste trabalho na forma original; esses termos se encontram descritos a seguir.

Bastante frequente nos textos jesuíticos, “canto de órgão” significa música polifônica, puramente vocal ou envolvendo instrumentos. O desconhecimento do seu significado levou alguns autores a conclusões errôneas, associando-o ao instrumento órgão. O frei Juan Bermudo, em sua *Declaración de instrumentos musicales*, de 1555, define o canto d’órgão como “harmonia musical, mensurável e proporcional, aperfeiçoada pela variedade ou pelas diversidades de notas, sinais e vozes” (1957 [1555]¹, f. 48 v.). Segundo o padre Antônio Fernandez, em *Arte de música de canto d’órgão e cantochão, e proporções de música divididas harmonicamente*, de 1626, “música de canto d’órgão é a harmonia

1 Entre colchetes, data original da obra.

que nasce de uma variada prolação de tempo na cantoria” (1996 [1626], f. 2). Bluteau, em seu *Vocabulário português e latino*, escrito entre 1712 e 1721, apresenta a seguinte definição para o termo: “Do cantochão diferencia-se o canto de órgão, em que aquele é uniforme, e este é figural, mensural e multiforme; figural, porque tem diversas figuras, umas que valem mais, e outras menos; mensural, porque estas figuras se medem umas com outras, ou com número binário, ou ternário; multiforme pela composição, e harmonia das vozes em proporcionadas distâncias” (2002 [1712-1721], vol. 6, p. 115).

“Solfa” significa música escrita, não improvisada, e é definida por Bluteau como “as notas da música” (2002 [1712-1721], vol. 7, p. 706). “Papéis de solfa” são partituras, “aprender solfa” significa aprender leitura musical e “cantar por solfa, ou solfejar” é cantar com a partitura.

Outros termos como “escolas de ler, escrever e contar”, “instrumentos músicos” e “coro músico” são frequentes nos documentos, e foram mencionados neste trabalho em sua forma original.

Em vários textos, alguns eventos sacros (sobretudo missas) são caracterizados como “solenes” ou “realizados com solenidade”, e supõe-se que o termo se refira ao uso da música. O “Tratado de cerimônias para a Casa de São Roque de Lisboa”, elaborado em 1626 pelo padre visitador Antônio Mascarenhas, mostra a diferença entre missas rezadas e solenes:

Adverte-se [...] que não temos na Companhia missa nenhuma rezada nem a que chamamos “do dia” no altar-mor que seja solene, pois nenhuma missa rezada o pode ser pela regra geral, e somente temos por solenes as que se dizem cantadas a nosso modo em Quinta-feira de Endoenças, no Sábado Santo, na comemoração dos defuntos, e agora novamente

ordenadas nos dias de nossos santos padres Inácio e Francisco Xavier, nas quais se devem guardar todas as cerimônias de missa solene, ainda que conforme nosso costume não usamos de diácono e subdiácono (Instr.AnMasc, 1626, f. 1 v.).

Apesar das evidências, não se pode afirmar com certeza que o termo se refira à prática musical em todos os documentos que o mencionam; ainda assim esses documentos foram considerados para este trabalho.

Muitos dos documentos jesuíticos encontrados estão escritos em latim, e para alguns termos não foi possível uma tradução precisa; esses termos serão mencionados neste trabalho na língua original, sempre no nominativo. Optou-se também por citá-los mantendo o número (singular ou plural) em que surgem com maior frequência. Um exemplo desses termos são as referências a instrumentos musicais, e no capítulo 3 apresenta-se uma discussão mais detalhada sobre sua possível tradução.

O termo em latim *concentus*, bastante frequente nos textos jesuíticos desde as primeiras décadas de sua atuação até o século XVIII, é de difícil tradução. Dicionários modernos traduzem-no como “harmonia”, “concerto” ou “consonância”. Segundo Praetorius (1958 [1619], vol. 3, p. 4), *concentus* ou *symphonia* é o que os italianos chamavam *concerto* ou *concerto*; é ainda definido no *Vocabolario degli accademici della Crusca*, de 1623, como “harmonia do som concordante das vozes” (p. 202). O termo surge quase sempre associado a um complemento: *concentus tiliarum* (*concentus* de flautas ou charamelas), *concentus organicus* (*concentus* de instrumentos), *concentus musicorum* e *concentus symphonicorum* (*concentus* de músicos). A forma mais frequente, porém, é *concentus musicus* (*concentus* músico ou musical), uma combinação de sentido menos específico. A única definição para o termo *concentus musicus* foi encontrada

no *Vocabulário* de Bluteau, como tradução para “canto músico, ou musical”, que é “a união harmônica das quatro vozes, a que chama tiple, contralto, tenor e contrabaixo, com a consonância dos instrumentos” (2002 [1721], vol. 2, p. 112). Não se encontrou uma expressão em português que pudesse corresponder à tradução de *concentus musicus*, e também não se encontrou a expressão “canto músico ou musical” apresentada por Bluteau, mas, pelo exposto acima e por meio da leitura dos documentos, é possível inferir que o termo estava relacionado ao uso de instrumentos musicais, acompanhando vozes ou não.

Fontes documentais e revisão bibliográfica

1. A documentação jesuítica

Uma das diferenças entre a Companhia de Jesus e outras ordens é o volume de correspondência produzida desde sua criação até sua extinção, em 1773. Além do caráter documental, a correspondência jesuítica tinha um cunho didático e edificante, sobretudo ao descrever os sucessos da empreitada da companhia nas missões distantes, e destinava-se a ser lida nos colégios e outros estabelecimentos. Os registros escritos eram comuns já nos primeiros anos de existência da Companhia, e as instruções do padre João de Polanco, de 1547, determinavam qual deveria ser o conteúdo das cartas: “Quanto ao que se deve escrever, é em geral tudo aquilo que importa saber sobre as coisas e as pessoas da Companhia, e do mesmo que escreve. Assim é mister que se escreva e represente todo o estado do negócio espiritual. Primeiramente o que se faz e a que se destina, como pregar, ler, exercitar, conversar, estudar etc.” (Instr. JoPol.1, 1547, p. 544).

Segundo o mesmo documento (p. 547), o teor das cartas deveria ser edificante, e o que não deveria ser mostrado, como defeitos do próprio escritor e de outros, deveria vir em cartas separadas; não foram encontrados, entretanto, exemplos destas últimas.

Em 1580 foi incorporado às “Regras da Companhia de Jesus” (“Regulae Societatis Iesu”) o extenso documento “Formula scribendi”, que regulamentava detalhes como o conteúdo, a frequência e o modo de envio dos escritos. A “Formula scribendi” determinava que “os provinciais das Índias devem escrever ao prepósito-geral, quando se oferecer oportunidade de envio por navios; porém os reitores e superiores das casas e os professores dos noviços da Índia devem escrever uma vez ao ano; os do Brasil e da Nova Espanha, se tiverem oportunidade, duas vezes” ([1580], p. 41).

Segundo Lamalle (1981-1982, p. 104), essa seria a origem das cartas ânuas, os documentos mais consultados por pesquisadores. De frequência geralmente anual, mas algumas vezes escritas a cada dois, três, quatro ou até mesmo seis anos, as cartas ânuas eram relatos mais detalhados e extensos que as cartas ordinárias, e descreviam, quase sempre em latim, os principais acontecimentos nas aldeias e nos colégios da Companhia.

No Brasil o documento mais antigo encontrado que se assemelha a uma ânuia é uma carta do padre Gonçalo de Oliveira, do Rio de Janeiro, de 1573 (An.GoOliv, 1573), mas o primeiro documento a mencionar o termo “anual” é a carta do padre Quirício Caxa, da Bahia, de 1574 (An.QuCax, 1574), em cuja assinatura se encontra a inscrição “Annua-
lis Collegij Sinus Omnium Sanctorum in Brasilia anni 1574”¹. Até então a função das ânuas era preenchida pelas cartas ordinárias, que tiveram sua frequência reduzida con-

1 Anual do Colégio da Bahia de Todos Santos, no Brasil, do ano de 1574.

sideravelmente após 1574. Cabe observar que nos documentos do século XVI nem sempre é clara a diferenciação entre uma ânuia e uma carta ordinária, e que em alguns casos essa divisão foi feita neste trabalho puramente por questões metodológicas.

A maioria das ânuas foi escrita no Colégio da Bahia, e isso pode explicar o fato de as descrições de eventos desse Colégio e de suas aldeias serem geralmente mais detalhadas do que as das outras regiões. Somente depois do final do século XVII, surgiram ânuas específicas de capitânias, como a “Ânuia da província do Maranhão de 1696”, do padre Miguel Antunes (An.MiAnt, 1696), e a “Ânuia da missão que fizeram dois religiosos da Companhia de Jesus em algumas vilas de São Paulo em 1700”, do padre Antônio Rodrigues (An.AnRodr, 1700).

As cartas ânuas são bastante relevantes para este trabalho; além do caráter prático e objetivo de suas descrições, elas são um dos conjuntos de documentos nos quais as referências à música surgem com maior frequência. Foram encontradas cerca de 120 ânuas, das quais 86 continham informações sobre música. Diferentemente do que ocorre com as cartas ordinárias e os relatos, as ânuas existem em sua maior parte somente como manuscritos: das ânuas utilizadas, somente 4 haviam sido publicadas.

Logo após a criação da Companhia de Jesus, tornou-se uma prática comum a produção de extensos relatos (ou relações) e crônicas, que descreviam de forma edificante, e obviamente laudatória, a história dos estabelecimentos e as atividades dos missionários. O exemplo mais antigo é a “Vida de Inácio de Loyola e crônica da Companhia de Jesus”, escrita no século XVI por João Afonso de Polanco, secretário do padre Inácio de Loyola. O texto é baseado nas cartas que chegavam dos estabelecimentos de diversas regiões, como as dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

Até a extinção da Companhia, várias relações e crônicas foram escritas, geralmente baseadas na documentação existente. Um dos principais relatos de autoria jesuítica é a *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*, do padre José de Moraes, de 1759, publicada pela primeira vez em 1860 e disponível atualmente em uma reedição de 1987. Alguns desses textos chegaram a ser publicados na época, como a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos, de 1663, e a obra *Viagens de alguns missionários da Companhia de Jesus na América, segundo seus próprios relatos*, do padre Von Murr, de 1785.

Os relatos do padre Fernão Cardim, “Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes e cerimônias e Informação da missão do padre Cristóvão Gouveia às partes do Brasil”, foram publicados pela primeira vez em Lisboa, em 1894 e 1847, respectivamente, e reunidos em 1925 na publicação *Tratados da terra e gente do Brasil*. Esses textos já eram conhecidos desde meados do século XIX e foram utilizados pelos historiadores com muita frequência, porém a localização dos originais é desconhecida até o momento.

Na “Crônica da missão do Maranhão”, escrita em 1698 e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1909, o padre João Felipe Bettendorf não se baseia somente em documentos, mas também descreve suas experiências pessoais nas missões do Maranhão. Provavelmente por uma inclinação particular, o padre Bettendorf refere-se a práticas musicais em vários trechos dessa crônica, assim como nas ânuas de sua autoria, e esse é, por isso, um dos relatos mais frequentemente mencionados neste trabalho. A localização dos originais da “Crônica” também é desconhecida, e atualmente sua consulta apenas é possível por meio das publicações.